

Aos dezessete dias do mês de abril de dois mil e vinte e três, reuniram-se de forma online, os membros da Câmara de Educação Infantil de São José dos Pinhais: Ana Lúcia Rodrigues, Izala Sidinéia Ramos Pampuch, Leila Gonçalves de Carvalho, Luiz Carlos Costa da Silva, Marilza Aparecida Pereira Teixeira, Queila Cristina I. Batista Martins, Stela Regina Gressler Wontroba e como convidado, Rodrigo Cardozo Gomes.

A Presidente da Câmara Municipal de Educação Infantil, Marilza Ap<sup>a</sup> Pereira Teixeira, inicia a 4ª Reunião de Câmara de Educação Infantil de 2023, ressaltando o assunto da reunião, o retorno da PGM em relação à solicitação da metragem das salas considerando a rede particular. A conselheira Ana lê o ofício enquanto o conselheiro Luiz coloca a resposta enviada para que todos tenham conhecimento, e ressalta que “na nossa deliberação garante os 2,20m, mas na deliberação de 2015, coloca que a gente tem que seguir as orientações da SESA, está dizendo duas coisas.” E conclui a leitura da solicitação do ofício. Continua explicando que foi encaminhado a deliberação de 2015, a deliberação de 2019 e a resolução da SESA nº 162/2005, a solicitação do SINEP e ASSEPART, o parecer da SEMED e a pesquisa dos municípios com sistema municipal de ensino no Estado do Paraná, reforçando a data de envio no dia 20 de março, chegando a resposta na terça-feira. Com a resposta apresentada na tela, a Presidente Marilza faz a leitura e a conselheira Ana destaca que a autoridade no caso é o Conselho, e a legislação é do próprio Conselho, e diz “quando a gente fez a solicitação aqui e ela está muito clara é para gente pensar na possibilidade, foi uma proposta que até coloquei para Marilza e para o Luiz de que a intenção seria fazer a verificação, ver a possibilidade de liberar as escolas particulares porque a nossa deliberação está dizendo duas coisas uma diz 2,20m e lá atrás diz que tem que respeitar a SESA 1,5m, está dizendo duas coisas ao mesmo tempo, quer dizer, isso nos traz um problema, porque se a gente for verificar, vai ter que acabar indo pela SESA porque ela é autoridade maior nessa questão de verificação de metragem, mas ao mesmo tempo temos que ter cuidado, como estamos em estudos para não ter problemas com as escolas públicas, porque a proposta de 2,20m veio da própria Secretaria de Educação da época, a Marilza até fazia parte, veio da própria SEMED e a gente não quer desrespeitar isso, e como estamos em estudos a gente quer fazer toda verificação para que não tenha problema, é muito diferente de uma escola particular, tem seus diferenciais, por mais que as pessoas digam muita coisa sabemos dos diferenciais de uma escola particular para um CMEI público, alguns conseguem mas outras unidades não conseguem, sabemos de toda dificuldade que temos, desde a pandemia com a falta de profissionais, temos salas fechadas e isso vai acarretar em mais problema para os nossos professores, educadores que fazem esse atendimento, mas ao mesmo tempo não podemos prejudicar como diz o próprio documento, aqueles que tem essas condições, até coloquei para a Marilza e para o Luiz de trazer essa proposta para vocês, de pensar sim nas escolas particulares desde que elas sigam alguns critérios, então aquelas que realmente querem elas vão apresentar essas propostas para o Conselho, o Conselho junto com a Divisão de Estrutura vai fazer a verificação e liberar quem tem a possibilidade porque sabemos que tem escolas particular que não tem condições, mas ao mesmo tempo tem muitas que tem condições, então aquelas que tomaram frente como o SINEPE que tem as grandes escolas e ASSEPART quem tomou frente a gente sabe que são escolas que tem condições que estão bem adequadas então a gente vai liberando como se fosse um pedido um parecer dessas unidades enquanto estamos em estudo na nossa deliberação. Sabemos que a nossa deliberação vai demandar um tempo longo de estudos, então não podemos segurar as particulares nesse momento, até porque foi o que já falamos, se for para o Ministério Público ele vai mandar seguir a SESA que é o órgão competente para definir metragem, isso ficou muito claro para nós, mesmo que nós tenhamos colocado 2,20m o órgão competente para definir isso não somos nós, nesse momento iremos fazer nossos estudos e fazer nossos levantamentos, então não vai mexer no público agora, ele permanece como está essa é uma proposta” A Presidente Marilza concorda com a fala da conselheira Ana Lucia e diz que receberam algumas das informações que solicitaram para a

SEMED, “estamos organizando e percebemos que no público não da para mexer agora, pois senão traremos outras questões, na situação que a gente está hoje no publico o ideal é trazer as informações fazer um parecer, estudar pensar bem conversar com a secretaria porque a gente tem uma possível universalização da educação infantil já batendo na porta para ver quais são as estratégias para que isso seja superado porque é o risco que estamos correndo agora para fazer uma deliberação e daqui a pouco chegar a Lei Nacional, sexta feira para quem foi no seminário ouviu que foi pedido vistas, penso assim quando pede vistas é para dar mais um tempo para correr atrás daquilo que a gente precisa fazer. Então agora é bom continuar com nossos estudos em relação ao público considerando as informações que temos e as conversas que precisaremos fazer ainda para os ajustes que é a questão dos profissionais, questão dos atendimentos, número de funcionários de limpeza a questão da alimentação né Izala? que é tudo uma crescente que vem junto, o que é diferente da particular, porque quem apresentar esse interesse e comprovar que tem essa condição para nós considerando a própria análise da PGM não é impedimento legal para isso principalmente porque temos que considerar a lei maior que é a SESA.” A presidente pergunta se alguém quer se posicionar. O conselheiro Luiz complementa a fala da Ana Lucia dizendo “na questão legislativa sempre considera a hierarquia das leis e por mais que o município tenha sistema próprio existe uma lei maior que é a do Estado, e já coloco minha situação de voto e vou com a Ana nesse sentido de que ela pode ser sim autorizado desde que passe pelo conselho e pela análise técnica da comissão que vamos estar fazendo para poder abrir ou não essa possibilidade para pessoa ou empresa particular abrir essa 1,5m ou não.” A conselheira Leila questiona como será feito caso seja aprovado pela câmara, quais são os tramites a serem seguidos? A conselheira Ana responde dizendo “eu apresentei a proposta então já pensei nesse tramite, pensando nisso hoje estamos trazendo aqui e vai passar por aprovação ou não, a gente vai levar isso para o pleno para ficar também de acordo com o pleno, acredito que não teremos grandes problemas, aí temos que entrar com uma solicitação, como está pedindo um parecer que é aquela mesma autorização que vocês pedem, mas vocês vão pedir ao conselho autorização para que vocês possam ter a metragem de 1,5m , vai preencher um documento e encaminhar, a gente vai na divisão de estrutura , o Rodrigo ficou de passar, eu precisava do Rodrigo aqui até chamei o Rodrigo, no link, é importante que ele esteja aqui para a gente ir pensando como fazer essa organização, já coloquei lá ele deve entrar rapidinho, e aí claro, a divisão de estrutura vai com um representante do conselho, porque temos que abrir uma comissão, terá o pessoal de estrutura mas terá a comissão do conselho também, é por isso que é importante quando tem pessoal da estrutura no conselho, por que daí a gente já faz essa verificação e tem aí os dois olhares e então vai verificar se tem as condições o que vai ser apresentado, tem o professor, está o local adequado para poder atender essas crianças? ok, não tem porque não liberar a questão do 1,5m, não tem porque não. E claro, aqueles que a gente vê que não tem condições, que são escolas menores, que é mais complicado, vai seguir um tramite, não vai ser tão digamos assim um tramite mais longo porque você já tem uma autorização aí é para gente fazer a verificação se a unidade tem condições de fazer esses atendimentos aumentando o número de crianças, na verdade é isso que vai ser feito, essa comissão vai aprovar daí sim vai passar pelo conselho e a gente dará a autorização depois porque nossa reunião em maio vai ser no dia 11, então até lá já vamos colocar isso na reunião de agora, aprovando o pessoal vai entrar com a solicitação já se faz a verificação vem para o conselho e é rápido, a intenção é ser rápido, e se a gente tiver que fazer uma extraordinária antes a gente até faz, para ver a quantidade de pedidos que já vem aí vai depender muito das unidades porque a gente já queria ter liberado isso só ficamos porque a PGM demorou para dar essa resposta.” A conselheira Ana pergunta se a Presidente Marilza tem mais alguma colocação senão já podem abrir para votação, e pergunta se a conselheira Queila que é do público quer se colocar. A conselheira Queila diz: “aquilo que nós já conversamos aqui, enquanto público não tem como, meu voto vai ser sempre contrário, agora a questão dos particulares vamos ter que tomar muito cuidado para ver se realmente o número de profissionais, o metro quadrado de 1,5m número de

crianças, a questão da qualidade se ela vai ocorrer mesmo, acho que tem que ter mesmo critérios e fiscalização e tem que ver a condição de estar acompanhando mesmo porque eu sou do público, mas eu tenho muito medo que isso acabe virando de repente um local onde se deixa muitas crianças apenas para cuidados, e a educação infantil ela vai muito para além de cuidar então a gente tem que ter esse cuidado mesmo.” A conselheira Ana Lucia diz: “na verdade assim a gente vai fazer essa verificação porque temos uma metragem que é 2,20m, mas em relação ao que a SESA coloca de 1,5m, isso já ocorre em todo estado do Paraná então se por acaso tivesse problemas a própria SESA não liberaria para 1,5m vamos fazer essa verificação por que sabemos que fazendo acompanhamento temos problemas em escolas bem pequenas, que aí não tenha condições Queila, mas a grande maioria tem a metragem de 1,5m, se a própria SESA que é autoridade maior do que nós ela coloca que sim, ela tem uma condição acredito que não tenha grandes problemas o que vamos fazer é a verificação para ver se está dentro, de acordo, se não vai haver problemas, claro que fazemos um acompanhamento, mas acredito que em relação ao trabalho, ao cuidado, a qualidade a própria SESA já permite pelo 1,5m esse não seria um grande problema a nossa preocupação realmente é a nossa pública que não tem a menor condição hoje de ir para 1,5m, por todas as questões que colocamos e como já iniciamos os estudos da deliberação, acredito que agora temos que seguir com ele, até porque tem várias questões, a própria Izala sabe as questões de alimentação, preparação de alimentos a gente até estipulou o prazo de 1,5m acredito que ainda não deu tempo de toda essa organização precisamos estudar isso também, e tem outros setores que entram na Deliberação vamos ter que estudar, ouvir para pensar bem nos itens dessa deliberação, a Izala sabe o quanto foi difícil, foi feita a primeira vez e aí veio uma solicitação da SEMED que era outra sugestão que não tinha condições de seguir o que estava estipulado e eu acredito que ainda não deu tempo disso, né Izala? A conselheira Izala responde a pergunta feita dizendo: “não deu mesmo até porque envolve outros setores como você mesmo falou não é simplesmente exigir e dizer que vai começar sendo que tem toda uma questão de estrutura, orçamento, isso tudo envolve querendo ou não, então no público é bem mais delicado, decisão que a gente precisa tomar em conjunto com todos os setores envolvidos para ver a dificuldade, o planejamento de cada um dentro disso, pela merenda eu sei por todo planejamento que a gente precisa ter, mas dependemos da questão de espaço também, no caso aquela discussão que tivemos em relação ao infantil II, a merenda ser preparada no local, também das unidades que pretendia começar com alimentação pronta, a gente não teve nenhum avanço, infelizmente.” A conselheira Ana reforça sobre a dificuldade que teria mesmo vindo a solicitação da SEMED, e diz que após veio outra solicitação da SEMED informando que não havia condições e logo após veio a pandemia que interferiu bastante, “agora teremos que retomar essa questão de preparação para ver se será mantido dessa forma se vai ter alteração e daí já pensar, Izala, na melhor forma possível já que pega o seu setor.” A conselheira Izala informa que: “na ocasião que foi colocada essa ideia da alimentação ser feita para o infantil II, na época a merenda não sabia de nada, foi pego de surpresa em momento algum foi comunicado, ou nos chamado para discutir a respeito, por isso que, como você falou no início da sua fala da importância de todos estarem participando para decidir de forma geral o que precisa ser feito nesse assunto aí, agora em relação ao público, ao aumento de espaço porque envolve outras demandas não adianta né Ana.” A conselheira Queila diz: “só fazendo um levantamento aí de dados do que a Izala trouxe por conta da idade corte né? Não existia isso antes né? Então por isso que tava tudo bem certinho, mas com a questão da obrigatoriedade da idade corte foi onde foi pego mesmo essa questão porque nós temos crianças bem pequenas no infantil II que ainda irão de repente completar 2 anos no ano que vem, então nós temos bebês mesmo, não andam, as vezes engatinham não tem os dentinhos né? É complicado isso e nós não estávamos preparados para essa situação, falava-se muito na idade corte que iria beneficiar a questão das crianças maiores, mas um bebê uma criança pequena existe uma grande diferença de um mês para o outro, de uma semana para outra, no desenvolvimento deles, então por isso essa questão da alimentação de repente ter sido pega de surpresa, e é por

conta da idade corte também que entra essa questão do metro quadrado por criança, então são idades que elas precisam de espaço mesmo, precisam de local para brincar, precisam de atendimento de qualidade para tudo, alimentação, brincadeira, troca, hora de dormir, tem muitas especificidades para essa idade que é diferente da criança do infantil IV do pré I, do pré II, seria só essa contribuição mesmo.” A conselheira Ana retoma o que foi conversado na ausência do Rodrigo, pois o setor será um dos principais responsáveis nessa questão. E reforça que terão um longo caminho de estudos durante esse ano para definir algo sobre o público. E diz: “o que colocamos aí para você, a gente vai ter que pensar nesse trâmite para apresentar já na quinta-feira.” Rodrigo diz: “até coincidentemente, Ana, eu to participando de uma reunião nesse momento sobre vida legal com a secretaria de estado e eles acabaram de citar porque vai ter que ser tudo nós agora, como nós temos sistema próprio, não sei se você está sabendo dessa reunião, como nos temos sistema próprio a partir de agora é tudo nós, divisão de estrutura, que vamos ter que alimentar toda vida legal no sistema SERE do Estado, isso é uma sobrecarga maior, mas também é muito bom para que a gente consiga agilizar vários processos e eles citaram agora pouco essa questão de ter o conselho próprio, ter autonomia, enfim, e até uma questão da vida legal também que eles pedem ali que não aparece nos relatórios, mas tem como colocar no sistema SERE são as metragens de sala, que tem a quantidade de alunos, e como a gente já tinha comentado e conversado esses dias atrás, eu acredito também que para não sucatear a educação, seja pública ou seja privada, tem que realmente ter um pedido oficial das unidades solicitando uma nova visita, uma nova medida, porque existem unidades que eu já descobri que ano passado final de ano foram pedido para serem infantil II, e estão atendendo infantil III naquela sala, então acho de muita importância ter esse relatório, eles solicitarem e enquanto divisão de estrutura enquanto conselho ver se vai ter o profissional, ver se aquelas salas as vezes para essa liberação de 1,5m se vai ser bom para criança e tanto para o profissional, porque as vezes, é uma casa alugada que é bem pequena, uma salinha minúscula, então como vai ser colocado mais 2 ou 3 crianças lá? acho que tem tudo essa questão para que a gente entre no consenso e seja liberado 1,5m para particular mas que também haja um consenso para verificar se vai ser bom ter mais crianças dentro daquela sala ou não, se comporta e se vai dar um trabalho digno para o profissional, uma educação de qualidade para a criança, mas podemos conversar certinho durante hoje, amanhã, enfim, para apresentar na reunião do conselho quinta. “A conselheira Ana Lucia reforça que deve ser um pedido individual das unidades, não liberar todas as particulares, os membros irão fazer a verificação, faz o relatório, aprovou, vem para o conselho para dar o parecer final de aprovação, não aprovou vem pro conselho igual dizendo que não, não vai ter condições, e essa não pode funcionar porque precisa ter o parecer oficial do conselho, e aí precisamos ver se vai precisar sair pela secretaria ou somente pelo próprio conselho, acredito que só pelo conselho já vai dar porque é um órgão normativo.” A Presidente Marilza coloca para a votação: “quem é a favor coloca ali no chatzinho concordo e discordo. Queila quer falar de novo?” A conselheira Ana responde que ela esqueceu. O conselheiro Luiz diz: “para deixar bem organizado, vamos concordar e discordar com o que?” A presidente Marilza responde que é com a nossa indicação de fazer pedido individual para liberação de 1,5m. A conselheira Ana diz “na verdade assim o que a gente vai fazer, vamos aprovar ou não a solicitação das escolas particulares, para serem autorizadas o funcionamento do infantil III de 1,5m é isso.” E eu vou pedir Marilza para fazer isso não só por escrito, mas você perguntar para pessoa se ela concorda ou não porque como eu não estou com a Néia aqui, na hora de ouvir é melhor na hora de fazer a ata. “A presidente Marilza concorda e inicia: “aqui para mim primeiro Luiz” O conselheiro Luiz responde “então eu vou naquela questão que eu falei anteriormente, sim, desde que tenha uma provação do conselho e da SEMED para ver a questão da capacidade se está tudo certinho, porque eu concordo quando a estrutura traz essa questão de escolas que pedem, fazem contrato inclusive com compra de vagas, fala que na escola é II mas na verdade não é nem mais II, é um IV que está lá no lugar, então assim tem que ver bem certinho, é possível a aprovação? Sim, as escolas nossas do município vamos ver na seqüência,

como a Ana colocou ali que conforme vai vindo a alteração da deliberação. A presidente Marilza diz então, que seriam os estudos, e chama pela Izala. A conselheira Izala diz “eu tenho que falar ou votar lá?” A presidente responde que são as duas coisas. Izala continua “eu vou na mesma linha que vocês discutiram no início de que eu concordo que seja feito uma avaliação de cada pedido de forma individual avaliando cada situação porque cada unidade é uma realidade, então eu concordo.” A próxima a votar é a conselheira Queila que diz “Oi Marilza o meu voto é contrario meu voto é não, eu não concordo mesmo que seja somente para as escolas particulares meu voto é contrario porque vai do contrario de tudo aquilo que eu acredito em Educação Infantil para educação infantil, então nesse momento meu voto é contrario. “ Seguido pelo voto da conselheira Stella que diz “concordo com a adequação da metragem para as escolas particulares.” A presidente então chama a conselheira Leila que diz “oi, eu também concordo com a adequação com o pedido e as questões ali dos trâmites.” A presidente Marilza registra seu voto “eu também concordo que seja solicitado individualmente desde que tenha essa análise da estrutura e um parecer que o espaço e as condições são adequadas para o atendimento das crianças.” Então a Presidente chama a conselheira Ana Lucia para votar, A Conselheira Ana diz: “eu, então para fechar como eu apresentei a proposta, eu concordo sim, até porque eu já coloco para vocês mas uma vez a preocupação é que não vá para ministério público e o ministério publico vai dizer 1,5m para todos e nesse momento essa é a melhor proposta para manter o nosso 2,20m do público e o 1,5m para o particular, o ministério publico vai dizer é já e ai claro vai ser um caos para Educação Pública visto que o nosso município é o único que está com 2,20m e há o questionamento de que a gente não tem competência para poder fazer esse tipo de alteração, lá a denuncia na SESA ela vem em cima do próprio município porque é competência da SESA fazer a metragem e dizer quantos alunos, não é competência do nosso município isso a gente já tem informação por isso que todos os municípios estão com 1,5m lá no infantil III, porque eles seguem o que diz e os conselhos não discutiram isso, o único que tem é Toledo mas já to com informações para saber o que aconteceu para 1m que eles colocaram porque eles nem tem competência, assim como nós não temos eles também não tem, por isso aqui oh quando ele foi, a própria Dra Patricia fez encaminhamento para o setor responsável que o setor responsável, era um outro setor da PGM.” A presidente diz “é PRORESPA que eles chamam que é fiscal e tributário é tudo junto ali por conta das autorizações né?” A conselheira Ana continua: “é a que vê questões de obras e ai assim oh não entra como competência nossa porque não está lá na nossa própria deliberação ou se a gente tem essa competência não esta na lei o que diz, então acredito que essa seria a melhor alternativa a gente mantêm o que tem do publico e ao mesmo tempo a gente consegue atender as unidades particulares que tem condições deste atendimento, porque é essa nossa preocupação, é opor isso, um pedido é individual para ver se realmente tem condições, porque nos temos preocupação ai como o Luiz já colocou e o próprio Rodrigo também já colocou, e a divisão de estrutura é bastante exigente, o pessoal que sabe a Leila e a Stela sabem que eles são extremamente exigentes e a gente já teve unidades que não foram autorizadas ou já foram fechadas também, porque não tinham condições nenhuma de funcionamento, não queremos de maneira nenhuma que as crianças sejam prejudicadas quando a gente coloca por exemplo a questão, a Leila até já colocou que ela tem o numero de profissionais a mais solicitados na legislação por isso que o pessoal coloca aqueles que não tiverem condições a gente na vai aprovar gente vocês pode ficar muito tranquilos porque não serão aprovados.” A conselheira Queila diz: “mas deixa rever a questão, você falou que um voto negativo vai para o Ministério Público, então eu que votei não?” a conselheira Ana diz “ não, eu to dizendo assim”, a conselheira Queila continua” como nós estamos numa reunião de câmara, se o meu único voto for negativo, para não haver todo esse prejuízo eu prefiro me abster daí.” A conselheira Ana diz “não, acho que você não entendeu, não tem problema se tivesse aqui, nós somos aqui 7 votos, se tivesse se fosse 3x4, 3 contra, tava aprovado não iria prejudicar, a gente conta a maioria, eu digo assim caso a gente, o conselho todo dissesse não, está reprovado as escolas particulares iriam, elas já falaram que iriam para o

ministério público e aí isso sim viria para nós obrigando também o público, entendeu? Então essa é nossa preocupação tá, bom? Essa é a maior preocupação que a gente tem.” Rodrigo diz que tem um bom relacionamento em todas as unidades públicas e privadas, e por isso cobram e exigem, abrem e fecham ou até mesmo dão prazos para se adequarem, citando uma situação que passou nos últimos 15 dias que o deixou mal, com uma unidade particular. “Não é porque causa desse motivo de estar liberando para 1,5m porque é a SESA, até no início no primeiro ano que a gente estava aqui, nós estávamos seguindo a SESA e daí veio a questão que nós temos que seguir a deliberação do município, etc e tal, e nos falamos mas como a SESA é a lei maior, a gente sabe que tem a questão do conselho próprio, já deu um rebuliço lá atrás e a gente já ficou com essa preocupação, porque se viesse estourar isso de outra forma, via denúncia, via ministério público, enfim, quem iria acabar sofrendo muito seria o município, não seria rede particular, seria o município, então eu acredito que dessa forma a maneira que está sendo conduzido a gente já vai estar trabalhando para o município, aí futuramente revisando, e as escolas particulares, as que estiverem conforme o decreto a questão da SESA, as nossas visitas técnicas, acredito que não tem problema.” A conselheira Leila reitera que no momento que eles entregaram os ofícios a intenção era que houvesse alteração tanto no público como no privado “então quando a gente sentou e começou a conversar e principalmente a Marilza, Queila, até mesmo a Miliana que trouxeram as situações, a realidade das escolas públicas a gente mesmo chegou a falar que estávamos falando de mundos diferentes, então assim não é o que a gente quer, não é nossa intenção levar e fazer com que aconteça para todo o sistema, não é essa a intenção mas também não acho justo por exemplo, aqui no meu caso tenho aqui hoje duas turmas e infantil III, tenho uma sala com 10 crianças 2 professoras, e na outra são crianças que vem só no período da tarde 5 crianças e 1 professora, então assim é uma realidade totalmente diferente e eu não acho justo ter que seguir algo tendo condições é simplesmente porque existe lá uma resolução e eu tenho que seguir como esta para todo mundo, então assim, hoje o meu pensamento é totalmente diferente de quando a gente iniciou lá as discussões porque naquele momento eu achava que tinha que ser para as duas, tanto municipal quanto particular e conhecendo a realidade hoje, vendo como que é o funcionamento já tinha uma base mas não ao ponto de como vocês citaram nas reuniões e com estudos né, foram feitos estudos são provas concretas que realmente não tem condições, por isso acho o mais correto e também acho que tem escolas sim, as escolas particulares tem essa tendência de cada ano muda-se a sala, então cada ano que a estrutura passa é uma situação é uma metragem então eu não posso responder pela Stela e a Stela não pode responder por mim, eu não posso fazer um pedido por nenhuma outra porque e não sei a realidade de lá de dentro.” A presidente Marilza diz “só para dividir com vocês quando a gente fala do público, na semana passada eu recebi um cumprimento do ministério público com multa para o município e tive que matricular na minha turma do infantil III, e que a nossa sorte foi que uma criança tinha pedido transferência e como eu tinha, eu digo que aqui no bairro não há segredo, já tinham me falado que a mãe tinha entrado eu não chamei nenhuma criança eu deixei porque senão hoje nós estaríamos com 25 crianças, porque quando vem o cumprimento eu não posso negar vaga sob pena de responder, então é aquilo que a gente disse no início, o sistema público o nosso município hoje tem uma grande encrenca em relação a educação infantil e aí a gente vai precisar sentar conversar planejar porque vai chegar não tenho dúvidas disso, os pais eles estão buscando esse direito através do ministério público, a gente tem vários advogados que estão entrando com esses pedidos então a gente renega essa vaga discuti isso como sentido de proteção mesmo aquilo que a gente acredita, que é uma educação pública de qualidade e com condições para as crianças mas quando vem esse cumprimento eu não gosto, eu fico muito chateada com isso, porque também essa pessoa que fez o cumprimento entrou na frente também, especificamente desse caso, de uma outra família que eu sei que precisa muito mais, mas quando a gente fala do direito a educação que é o direito de todos, essa pessoa chegou antes e conseguiu a vaga, então a gente sempre fala as coisas com dor no coração, Queila, eu também tenho porque a gente sabe o que a gente vive da condição real

das crianças e na particular também penso como você, uma das coisas que a gente conversou bastante com a Ana, eu também conversei com o Bruno lá que fez o parecer também conversei com Le, já conheço ele a um tempo, é nesse sentido de que a gente não quer de forma alguma fazer com que as nossas salas fiquem todas lotadas mas que hoje tanto que nesse pedido que veio dado cumpra-se pra vaga veio também um questionamento da PGM sobre o que o município está se organizando para atender esses pedidos porque sabemos que eles estão chegando e em grande quantidade então se eu não tivesse essa vaga aqui e essa disponibilidade da vaga ficaria mais não ficaria como ficaria como é que a gente vai lidar com isso, então é muito mais do que a gente está olhando quando a gente apela para o jurídico.” O conselheiro Luiz diz “recebi um cumpra-se aqui também, que a gente quando recebe até para deixar registrado para vocês, fornecer a vaga em creche preferencialmente no CMEI X, quando recebe isso, quando eu recebo no compras a gente ora, intercede a todos os deuses que a família aceita que tenha vaga no compras, se não tiver infelizmente enfia lá no CMEI, mas não era isso que eu queria falar queria deixar registrado essa questão, pontua novamente tem sim que existir essa verificação da estrutura de cobrar essas questão das escolas particulares da questão das salas porque eu vou falar agora da minha situação aqui enquanto compra de vagas as vezes para fechar o contrato, a escola me oferece uma sala X quando vai ser a realidade porque não encaminha por diversas outras situações acaba sendo outra sala, não tem mais aquela metragem disponível não tem mais aquela quantidade, então sim, tem que ver bem essa questão aí, vai ficar um trabalho a mais para o setor de estrutura e conselho para fazer essa fiscalização vai, mas também não da para cercar, uma vez que a legislação permite que elas trabalhem dessa forma, só pra deixar registrado, é importantíssimo essa questão da educação infantil das salas sejam bem revistas e cobradas pela divisão competente.” A conselheira Stela reitera que quando as escolas particulares entraram com pedido, não havia entendido que seria um pedido a ser estendido a rede Municipal, sendo um desejo da rede particular tendo em vista esse paradoxo entre a resolução e a SESA, entendendo-se que poderia trabalhar com 1,5m já que a SESA tem essa previsão, mas entende-se que hoje a rede Municipal tem um panorama que não é apenas a metragem e diz “acho que não é a diminuição da metragem de 2,20m pra 1,5m que compromete o trabalho pedagógico, se fosse isso a SESA nem autorizaria essa metragem, o que eu entendo é que na rede municipal de ensino por N razões, motivos e situações a redução da metragem trás um prejuízo ao trabalho do professor e o aproveitamento das crianças, acho correto o rigor com o acompanhamento das escolas particulares, afinal de contas a gente presta serviço que é de competência pública, temos uma licença, uma autorização para junto do município atender essa demanda na cidade, mas entendo também que essa medida que a gente tomou é a melhor para todos os lados, porque atende um pedido das escolas particulares, não mexe com a situação da prefeitura, hoje porém, também entendo que é um tempo que a prefeitura vai ter também para fazer os ajustes na rede municipal, porque em um momento breve o Ministério Público vai cobrar isso da prefeitura, então é uma medida interessante e atende todos os lados mas eu acho que é um tempo que a prefeitura tem pra se organizar, a SEMED para poder ampliar o numero de atendimentos de crianças, mas fico bem feliz com esse encaminhamento.” A presidente Marilza lê o que o conselheiro Rodrigo Cardoso escreveu no chat “lembrando que isso gera uma demanda a mais que vamos ter que ver disponibilidade de carro, não teremos como dar prazos exatos.” E continua, “ quis trazer isso porque algumas unidades particulares querem as coisas para ontem, querem usar QIS vamos dizer assim, e eu to ficando bem chateado com algumas situações, então já coloco isso que é sem data, sem prazo enfim, porque dependemos de transporte, este ano eu não estou mais usando o meu carro para nada daqui da unidade da SEMED, o ano passado eu dava um jeitinho enfim, mas esse ano eu parei, só faço as coisas quando tem veiculo disponível, então para que as unidades particulares não fiquem assim: você não vai vir? A porque você tem que vir, só coloco isso para quando a gente for falar para as unidades particulares, seja nos divisão e estrutura, conselho, talvez numa reunião não sei, que a gente coloque que é sem pressão em cima da divisão e estrutura.” A conselheira Ana reforça que

irão conversar e lê o que o Conselheiro Luiz escreveu no chat “sugiro a criação de um cronograma interno.” A conselheira Ana diz “eu sugiro que tenha um carro só para nós, conselho e estrutura”. A presidente Marilza reforça “um carro para os conselhos, né Ana”. A conselheira Ana diz “tem municípios que tem carro para os conselhos e aí se o Rodrigo é conselheiro pode pegar o carro e sair fazer esse trabalho sem menor problema, justamente para esses trabalhos que os conselhos tem o carro que a demanda é muito grande, não é pequena ainda mais município com sistema.” A conselheira Queila diz “esse pedido que esta ocorrendo pra 1,5m das escolas particulares a questão da compra de vaga também abraça na questão do particular ou não? Como que é a compra de vagas para o município? O conselheiro Luiz responde que sim, mas no próximo contrato. “Esse contrato vai ter que seguir conforme estipulado.” A conselheira Ana questiona se é porque está registrado 2,20m? O conselheiro Luiz diz que precisa verificar, mas quando foi feito as alterações foi registrado 2,20m. A conselheira Ana diz que “foi porque na deliberação estava marcando isso para as duas, aí é algo que a gente vai ter que verificar, porque como são escolas particulares e entraram com pedido eu vejo que não haverá problema.” O conselheiro Luiz afirma que terão que refazer as visitas, refazer as medidas e tudo mais a questão burocrática “por isso sugeri o cronograma interno porque a gente vai ter que sentar aqui internamente na SEMED, estrutura, compras de vagas e conselho para ver o que a gente pode fazer para adequar essa questão, não é uma questão difícil é só uma questão de conversa entre as comissões, ali mesmo e acessar o contrato e formar isso.” A conselheira Ana Lucia reforça que é só questão de organização e diz que irão fazer o encaminhamento das atas para aprovação pois precisa colocar no portal e retoma “vocês olham, igual a gente já fez em algumas situações, se não tiver nenhuma alteração está aprovada, a gente coloca para aprovação não sei se vocês permitem ,se tiver alteração não, aguarda daí a próxima, se é uma coisa simples, agora escrita ortográfica não tem problema, mas se refere-se a fala retomamos na próxima reunião, tudo bem? E temos o segundo assunto que trouxemos da reunião passada uma solicitação de uma família, na verdade assim a SEMED solicitou um parecer do conselho para ela autorizar os pedidos das famílias para as crianças que estão no período integral de 7 horas possam ficar no meio período, na verdade isso está lá na nossa deliberação até coloquei assim pra Marilza, se a gente começar a liberar muita coisa da deliberação vai mexer muito com nossos estudos então até falei isso para Chayane que me perguntou que foi feito um encaminhamento, tem um pedido de uma mãe, então assim como tem pedido de família eu acredito que esse também tenha que vir para o conselho e o conselho liberar, quando a gente fizer a alteração da deliberação a gente já vai colocar essa questão, a gente vai colocar se for aprovado por todo conselho, o próprio pessoal da educação infantil Marilza, Queila, diz que já funcionava que tinha o meio período, e o integral de 7 horas, se a gente for liberar para o 0 a 3 meio período também a gente vai colocar critérios ai , então a gente vai ter que estudar, sentar, então nesse momento a gente não consegue passar pra SEMED essa autorização porque a gente tem que elaborar os critérios e os critérios demandam estudos, a hoje eu quero meio período mas amanhã já quero integral de volta como que vai ficar isso? Então é algo que tem que ser assinalado lá na matrícula no início do ano, eu penso assim, não é assim no meio eu quero de um jeito sendo que eu assinei que era integral, então assim se a família precisa a gente, entrou com pedido ai sim o conselho vai dar o parecer se atende ou não , nesse caso por exemplo dessa família a mãe tá solicitando” e lê a solicitação da mãe que demonstra vontade de ficar com o filho no período da tarde visto que está em casa. A conselheira Ana diz que precisa de um parecer do conselho e se passar sem critérios terá problemas até pra SEMED depois, e diz “ vamos dar um parecer aqui se sim ou não, se Não, a gente coloca que vai seguir o horário , se sim, a gente vai colocar pra essa mãe que ela vai ter que manter isso até o final do ano, ou se ela precisar do período integral vai ter que aguardar a vaga , ela vai pra lista de espera, acho que essas coisas a gente vai ter que colocar porque as meninas sabem exatamente qual é o problema que acontece depois se ela resolver voltar atrás, e nada melhor que o órgão normativo pra respaldar a própria Secretaria Municipal de Educação, porque isso vai passar, passando pelo conselho pelo pleno ele

já tem mais responsabilidades, e penso assim, se não fica, a fulana conseguiu foi na secretaria e conseguiu, a outra foi lá e conseguiu e aí depois ela quer voltar atrás, se passa pelo conselho é diferente ela vai ter que apresentar porque é que ela tá solicitando vai passar por um conselho e esse conselho vai dizer se pode ou não, penso que temos que pensar nessas situações.” A presidente Marilza diz “até o horário que ela está pedindo a saída da criança é ruim pra gente, porque entre meio dia e uma hora, porque a gente não tem porteiro a gente não tem pessoal de serviços gerais que fica, eu falo assim que esse horário de meio dia uma né Queila? É o horário que a gente descansa um pouco a cabeça quem fica na unidade, eu por exemplo vou almoçar em casa, aqui no CMEI prazo máximo é meio dia depois do meio dia a gente abre o portão a uma hora, isso aí que ela colocou já é um critério pra gente pensar, porque se a pessoa de meio período ou ela faz ali então das 7 ao meio dia, Queila daí me ajuda aí, ou então ela pega essa criança a uma hora, que é o horário que a gente abre o portão de novo pras mães do período da tarde, porque senão a gera uma demanda de trabalho e compromisso para estar sempre nesse horário, e esse horário é o horário do soninho da criança, então quando a gente abre a porta da sala a gente já acorda todos aqueles que estão por ali quietinhos já bagunça e já desorganiza o trabalho das meninas também, Queila quer me ajuda aí? “A conselheira Queila reforça que o horário de 12h30 é bem complicado “ porque tem toda uma demanda interna da unidade e que a gente não tem com quem deixar, tem os funcionamentos nas salas nas turmas do integral, por exemplo a secretaria também sai pra almoçar, eu também, ou sai uma ou sai a outra, se for pra dar o ok, é bem positivo, é bacana a mãe querer ficar com a criança mas teria que ser um horário um pouquinho mais estendido entre uma hora e uma e trinta, daí teria que alinhar com as educadoras da unidade com a diretora da unidade, não tem como por um horário padrão porque as vezes essa turma pode estar acordando entre 13h/13h30, e a gente sabe que abriu a porta você não acorda só aquela criança que tem que ir, você acorda a turma toda você tira o sossego momento de descanso de todos eles, acho que é só a questão de ajustar esse horário de saída.” A conselheira Ana questiona qual horário as crianças vão para a horinha do sono. A conselheira Queila responde que depende da turma porque fazem uma escala, “o infantil II por exemplo vai as 11h, 11h15, daí tem todo um período para almoçar fazer a higiene da boca escovar os dentes organizar os colchões, para deitar e descansar, cada CMEI organiza de uma forma, o Vovó Rozaria acontece dessa maneira, entre onze e onze e meia até quinze pra meio dia horário que eles estão se organizando pra descansar e nesse horário por exemplo de meio dia e meia eles estão em sono profundo. “A presidente Marilza reforça que é o melhor do sono deles nesse horário. A conselheira Ana diz: “por exemplo, como ela colocou aqui, ele não poderia ficarem outro local até a mãe chegar?” A Presidente Marilza diz que é difícil ter pessoas disponíveis aí. A conselheira Ana afirma que já sabia a resposta mas tinha que perguntar. A presidente Marilza diz que o ideal seria que a mãe deveria pegar a criança as 13h. A conselheira Ana diz “ eu também, aí já não é nem meio período, até meio dia e meio já é praticamente cinco horas.” A conselheira Queila diz que seria o período intermediário. A presidente Marilza reforça que esse horário do sono, em todas as unidades é mais menos nesse horário, e que uma hora começam a acordar as crianças. A conselheira Ana diz “ acredito que esse meio período que as mães pedem, se eles estão entrando as 7h30 ela vai sair 11h30 que seja ou meio dia ela vai chegar nesse período de 12h30 para pegar a criança, vai ter que determinar mesmo, então a partir da 1 hora, hora de almoço não tem como.” A presidente Marilza diz “ela poderia pegar antes entre 11h15 e 11h30 que é o horário que está que tem o fluxo do meio período dos prés, ficaria com prejuízo mas não tanto porque daí já a unidade já está barulhenta para as crianças que estão se ajustando ainda, ou então uma hora o horário que as meninas estão começando acordar as crianças se organizar para o café ali.” A conselheira Ana reforça que por isso temos que pensar bem e o pedido deve ser individual, porque se for fazer de forma geral a deliberação, são os critérios que precisam ter, não tendo problema da SEMED, mas precisamos fazer a relação de critérios para não bater os problemas na unidade de ensino.” A presidente Marilza fala que tem todo um transtorno e por isso organizam a dinâmica do CMEI. O

conselheiro Luiz questiona se a autorização será por criança, e se devera passar por análise do conselho. A conselheira Ana responde que apenas nesses casos enquanto a deliberação é essa, que não foi alterada e está em estudo. Então deverá pedir ao conselho e após a nova deliberação, será colocada em votação e se for aprovado esse meio período será colocada os critérios necessários e reforça que dessa forma se liberar geral terá muito tumulto e isso ira gerar problemas dentro das unidades. O conselheiro Luiz diz que “nas unidades particulares conveniadas que nós temos aqui, a orientação sempre é, infantil III período integral, só pode pegar antes naquela semana de adaptação no demais a família não pode atrapalhar o pedagógico a gente já avisa e fala, a Leila está ai e pode confirmar, mas tem que colocar uma pulguinha atrás da orelha quando se fala nessa questão do infantil III, porque o que acontece, no contrato do conveniado eu pago três integral.” A conselheira Ana fala que acredita que os do contrato não serão mexidos. E “essa criança é da rede publica mesmo, eles não colocaram qual é o CMEI precisa pedir alguns dados para Chayane, então como ela está pedindo autorização é do CMEI mesmo.” O conselheiro Luiz retoma a fala dizendo “enquanto educação infantil que eu vejo a necessidade, pela falta de funcionário hoje, eles se transformam em 50 para atender, então eu não concordaria porque acho que demandaria uma situação muito complicada dentro do CMEI, mas acredito que depende da análise de tudo que vai ser feito aqui , mas devido a essa situação da realidade dentro de cada CMEI, não sei.” A presidente Marilza diz “Sabe Luiz é bem esporádico esses casos né Queila? por ano você tem dois ou três casos, estou com um caso que vai chegar ai no CME , a mãe é professora em Curitiba meio período só, ela quer ficar com as crianças a tarde, de certo modo a crianças também tem o direito se a família tem essa condição a criança também tem o direito de ficar com a mãe, então a gente precisa ter os critérios organizadinhos porque dai assim, por exemplo, teremos 4 crianças a menos no período da tarde, a gente já informa a alimentação e no período da tarde vem a alimentação para menos 4 crianças e ai outra coisa que a gente precisa pensar também, se nos tivermos crianças de meio período, esses que entram das sete as onze e quinze da um pouquinho mais de 4 horas, nós poderemos matricular outra criança de meio período? Então quando a gente fala uma coisa assim a gente tem uma serie de outras coisas que vem junto.” A conselheira Ana Lucia concorda e diz “ vai que as famílias, se você coloca essa opção estão acostumados, mas se você coloca essa opção que existe vai vir uma demanda de procura para ele, a gente sabe que vai, e ai pode abrir aquela turma que está digamos que tem 15 pela manhã que só quer meio período digamos que aquela sala só é 15ª tarde pode atender outras 15 né dai tem o atendimento, pode ser que isso não aconteça mas de qualquer forma vai ajudar aquele professor, educador, que já saiu uma criança a mais já tem duas ou três a menos já vai ficar um trabalho mais tranquilo tanto para os diretores principalmente para quem faz atendimento diretamente a essas crianças.” A Presidente Marilza abre para votação, “com horário e critérios definidos e os pais que solicitem ao CME.” A conselheira Ana Lucia relembra a Presidente que será feito a votação apenas desta criança solicitante. A presidente Marilza questiona “e se tivermos mais?” A conselheira Ana diz que devem ir ao CME, a gente vai informar isso no documento à SEMED, enquanto a gente está nos estudos da deliberação.” A presidente Marilza retoma, dizendo que a principio irão votar apenas para esta criança citada e outros casos que aparecerem retorna para a discussão na Câmara. Solicita o voto do conselheiro Luiz .” A conselheira Ana diz “ que é favorável ou contrario a liberação dessa criança da saída dela a partir das 13 horas.” O conselheiro Luiz diz: “ a partir das 13h favorável.” A presidente Marilza solicita o voto da conselheira Izala “favorável”. Seguida da Conselheira Queila “ favorável”, Conselheira Stela “ favorável, Conselheira “ favorável seguida do voto da Presidente e da conselheira Ana “ favorável” . A presidente Marilza reforça que todos são favoráveis por unanimidade. Para a saída as 13horas. A conselheira Ana Lucia colocará no documento respondendo a SEMED que não veem problema mas ainda enquanto estão em estudos e essa deliberação, os pedidos devem vir ao CME para votação e na próxima seja a própria SEMED que o faça isso, seguindo critérios estipulados e acompanhamento. A Presidente afirma que é bom se ter critérios definidos pra que todas as unidades façam da mesma forma, pois

organiza e facilita o trabalho. A Conselheira Ana diz “ vamos ouvir as representações porque eles podem ter alguns critérios que a gente não lembra, isso que é importante , vocês já falaram da horinha do sono que tem que ter cuidado , a questão da alimentação, ele já vai alimentado, o que vai de alimento para essa criança, então tudo isso a gente vai ter que verificar.” A presidente diz “ para hoje era isso e vamos organizar os dados que recebemos da SEMED em relação ao público e aí a gente agenda nosso próximo encontro com vocês.” A Conselheira Ana pede para falar “ já me perguntaram , mandaram mensagem sobre o dia 20 , tem algumas unidades perguntando, o lá a Queila, e é diretora que me perguntaram a SEMED não vai dispensar o dia 20, porque vai ter manifestação, não , na verdade perguntou assim: o Conselho não vai dispensar o dia 20 porque vai ter manifestações, vai ter problemas , eu disse assim: olha em primeiro lugar não é o conselho que dispensa, o Conselho autoriza a dispensa em casos que a SEMED solicita , então é a SEMED que se ela achar que por si só que tem, que pode acontecer vários problemas, aí vem pro conselho ai tudo bem, mas não é o conselho que vai chegar e vai dizer não vai ter aula nesse dia a gente nunca fez isso e não fará , então se a gente perceber pode até sugerir isso pra SEMED mas agente não somos nós, nós autorizamos pra que depois tenha reposição ou não na forma que eles solicitarem que seja feita a reposição. Queila, já chegou algo ai pra você que você fez uma cara ai” A conselheira Queila responde “sim, não tanto das funcionárias e servidores, mas das famílias dos pais, eles estão me mandando muitas mensagens, eles estão com medo, a gente não sabe se é uma fake news ou não é uma fake news, o que eu tenho falado pra eles é o seguinte, pra eles ficarem bem tranquilos que mesmo que a criança, se o pai achar por opção não mandar para o CMEI pra ele ficar bem tranquilo essa falta ela vai ocorrer, mas será uma falta que nós saberemos porque que essa criança não veio para unidade, porque a gente está também numa posição em que a gente não pode falar para o pai que você é obrigado a mandar, eu tenho pais e famílias desde o ocorrido Ana, não mandaram a criança para unidade, ligaram, avisaram, falaram olha não vou mandar não tenho a segurança de mandar tenho muito medo que aconteça alguma coisa com vocês porque o CMEI Vovó Rozaria, infelizmente nós temos um prédio que se a pessoa tiver uma perna longa ela entra só com as pernas mesmo ela não vai nem precisar pular o muro de tão fragilizado que é o nosso prédio e eles ficam muitos preocupados com isso, eles me mostram diretora olha o muro, eu digo olha fique bem tranquilo, faça conforme seu coração mandar porque não tem como nesse momento como a gente exigir cobrar que as famílias mandem as crianças para unidade, eu acho que a gente está vivendo ainda um momento muito delicado, e a gente não tem como arcar com qualquer tipo de ocorrido fora do normal dentro de uma unidade dentro de um CMEI com as crianças, então seria isso, é os pais mesmo que estão enlouquecidos de verdade.” A conselheira Ana Lucia continua dizendo que irão sentir como as coisas irão acontecer. A reunião a principio está marcada para o dia 20, acreditando que isso não irá interferir, havendo mudanças todos serão avisados. A conselheira Queila questiona se será uma reunião presencial. A conselheira Ana afirma que sim e será no Plenarinho. A conselheira Queila diz “ai é mais uma questão que eu tenho muito medo de deixar a unidade.” O conselheiro Luiz questiona a possibilidade de fazer uma reunião em formato on-line. A conselheira Ana responde “eu penso que não, eu penso então se vai ter problemas, eu me preocupei muito mais, Luiz, de saber que vai ter tumulto, eu solicitei que o secretario de segurança viesse para nos explicar, mas já por ser dia 20 talvez a gente não consiga fazer a reunião, talvez, porque assim oh por mais que elas estejam online elas estão presas a reunião, entendeu? Assim como outros até dentro da própria secretaria que podem estar presas também, a Leila vai estar presa na unidade, a Stela, então assim, preocupação com todos estejam envolvidos, talvez a gente tenha que repensar a data, o problema é não gostaria de deixar para o dia 27 porque acho muito tarde, talvez a gente tenha que puxar para uma terça-feira então.” A conselheira Queila afirma, que no dia 25, terça feira dia 25. A conselheira Ana continua “cheguei até a pensar na quarta-feira dia 19, mas assim como tem o dia 20 véspera vai estar tumultuada.“Pode ser colocado a sugestão que conversando, chegaram na melhor data sendo dia 25, visto que dia 20 estará tumultuado, dando tempo pois a próxima será no dia 11 de maio, tendo

15 dias . A conselheira Ana reforça que sua preocupação é com as demandas que o conselho tem, “dessa família conseguimos fazer os encaminhamentos necessários porque a câmara também tem, ela pode neste caso, e a gente já vai vendo também os encaminhamentos para as particulares e colocar depois para a câmara, acho que dia 25, todos de acordo, quem está aqui? Tá! Assim acho que acalma o coração, oi Izala, a Izala tá colocando lá, a gente não sabe nada né Izala? A conselheira Izala responde: “não, nada. “A conselheira Ana fala que existem municípios que estão dispensando o dia 20, por medo. A conselheira Izala reforça que é preocupante. A conselheira Ana Lucia diz que tem outros fazendo chamamento para que as famílias juntos vão a escola e fiquem. Afirma que isso também é muito complicado, começar a chamar as famílias pra dentro da escola , pois como vem as famílias vem outras pessoas também. A conselheira Stela fala “ a gente recebeu via mantenedora agora uma orientação de que assim dia das mães, festa junina e dia dos pais será interna e por exemplo agora dia das mães somente a mãe virá pra escola, antes a gente fazia assim, no sábado é um sábado letivo, as vezes vinha a mãe, a avó, o pai vinha junto para fotografar, vai ser uma pessoa, a mãe ou uma pessoa que represente a figura materna, mas é uma pessoa por aluno.” A presidente Marilza fala: “isso é para gente pensar nos nossos sábados letivos.” A conselheira Ana diz “pelo menos agora”. A conselheira Stela continua dizendo “no ano passado a gente fez uma festa junina interno porque até a gente estava programando uma festa junina aberta mas ai deu um pico de covid e ai a gente acabou restringindo, esse ano não por conta do covid, mas agora por conta desse panorama, a orientação é que a festa junina seja novamente interna, sem participação dos pais, dai a gente chama os pais durante a semana de forma escalonada cada dia, vai direto no ginásio assiste as crianças dançarem e vão embora, mas festa, festa fica para o sábado letivo interno. “A conselheira Ana diz que a SEMED tem sábado letivo no mês de maio, talvez a gente tenha que repensar em transferi-lo, pelo menos nesse período desse semestre, até que tudo se acalme. A conselheira Stela diz que tiveram sábado letivo no dia 15, “e do fundamental II como era atividades artísticas e esportivas, eles vieram em peso, o médio já teve uma baixa, razoável, e o infantil e fundamental I seriam oficinas sobre os projetos institucionais em sala e dai já teve uma redução razoável na presença das crianças” .O conselheiro Luiz relata que soube que na semana no Zilda Arns, alguns estudantes levaram umas máscaras e."saíram no intervalo falando que era um massacre.” A presidente Marilza diz que “para nós até está tranqüilo, mas minha filha chegou que estava em Irati e outros familiares que estavam em outras cidades, contando que teve sim tentativa de entrar dentro das unidades, Ponta Grossa a pessoa pulou e foi contida, Senges teve várias situações, Itararé, Jaguariaíva, então vários lugares tiveram essa situações, eu achei que tava mais calmo, mas quando elas chegaram e começaram a relatar aquilo foi apertando o coração ainda mais.” O conselheiro Luiz diz que na faculdade está assim “eles estão colocando no banheiro da faculdade, na faculdade que eu estudo lá estava escrito no banheiro assim se prepare para morrer dia 20.” A conselheira Ana diz que foi só falar que começou a receber mensagem de diretoras. A conselheira Leila diz “eu só queria colocar, nos tivemos na quinta feira passada uma palestra com o De Souza e os professores das escolas particulares da ASSEPART, eu confesso para vocês que eu estava bem tranquila mas os próprios professores que trabalham no Estado pontuaram que tem vários alunos se organizando para irem armados para escola no dia 20 para se defender.” A presidente diz “ é um risco, é verdade Leila, eu também sou do Estado, e além disso crianças de 6º ano levando a faquinha, uma criança que é boa, não iria usar a faca para esfaquear ninguém, ela levou para se proteger.” A conselheira Stela diz “eu tive uma criança também assim, 6º ano.” A presidente continua “muitas situações porque mexeu com a cabeça mexeu com o psicológico e a noite, eu trabalho a noite, eu tenho falado com o diretor nesse sentido, um maluco que nem é aluno da escola resolve ver nesse dia uma oportunidade, e resolve vir para causar um tumulto, nem que as vezes, as vezes não é um massacre com arma vem para fazer, eu falei que estamos numa situação que se alguém gritar todo mundo sai correndo, então está bem perigoso. “O conselheiro Luiz diz “um abençoado levou um balão lá no negocio, estou na faculdade todo mundo saiu gritando.” A conselheira Stela diz

“sempre teve uma situação as vezes um aluno trazer uma faca por desinformação, vai descascar uma laranja enfim, trás uma faquinha de mesa, a gente simplesmente orientava, não traga, usa da escola, traga a fruta cortada, porque eu sempre digo assim, eu também não acredito que eles vão fazer alguma coisa até porque são crianças pequenas, mas está com isso na mochila, ele mesmo pode se machucar ou joga a mochila no chão outra criança passa por cima, chuta, acaba se machucando, machucando outra pessoa, até garrafinha de chocomilk por ser de vidro a gente diz não traga garrafinha, traga numa outra coisa plástica, pet, alguma coisa, só que agora uma situação dessas gera uma polêmica que vira um estopim.” A conselheira Ana diz: “escola, educação é assim, nos passamos a pandemia agora nós vamos para violência.” A conselheira Stela diz “a Leila fez um comentário ali não podemos revistar a mochila, mas ai eu tenho rebatido para os pais, os pais precisam verificar, nos não podemos, porque eles ficam jogando tudo para o colo da escola, ah porque vocês não tem.. essa de banco, é detector de metais e .. cada pai que verifique a mochila do seu filho em casa, alias assim, a mochila, o celular, a internet, pelo amor de Deus.” A conselheira Ana diz “ fica muito fácil jogar para escola né, mas então gente vamos pensar ai tá? “ A conselheira Leila diz: “eu falei pra minha filha essa semana que eu iria revistar a mochila dela e ver o celular e ai ela ficou muito chateada porque ela disse que eu não confio nela, e eu não tive coragem de revistar a mochila dela nem ver o celular, acho que é a mesma situação da Marilza, né Marilza?” A conselheira Ana diz: “você sabe que eu fui professora anos no Medianeira, o que eu falava para os pais mandava as crianças, você se organize vê o que você tem no seu material que você está levando e tal, deixava dormir e ia lá olhar, deixa dormir e no outro dia olha e vê se está o material se está tudo se está lá a agenda, porque eu falava toda a questão do material na época, para que ele tenha responsabilidade , então olha lá na agenda, se ele esqueceu, de manha cedo se ele esqueceu diz assim vamos olhar a agenda para ver se não ficou nada mesmo, ai colocava, agora se pega essa questão de garrafa de vidro, faca, tesoura, até aquele compasso, o canivete de cortar, essas coisas todas verificar, viu que está lá tira.” A conselheira Izala complementa “eu tenho 3 filhos e a minha filha mais velha tem 25 anos, eu sempre fiz isso gente eu não pedia para ver, eu olhava quando estava dormindo igual você falou quando não estava em casa, quando estava desatento fazendo alguma coisa eu ia lá e mexia procurava deixar da mesma forma que eu tinha encontrado, não como uma forma de mas pelo cuidado sabe, e da Vitoria que é mais nova que foi para o estado para mim é uma pratica muito normal isso de olhar mochila de vistoriar o que está fazendo olhar os cadernos sem que ela esteja comigo e quando ela vem me apresentar o material eu olho junto fazendo de conta que não tinha visto nada ainda, eu até brinquei com ela essa semana por causa de uma mensagem que eu vi rolando ai de que os pais tem que olhar celular e mochila, dai ela falou pra mim assim, bom celular eu não tenho porque não tem mesmo né, e a mochila você já sabe o que tem lá dentro então não vai ter problema.” A presidente diz que também olha e diz “falo que a sorte que minha filha mais velha tem 29 anos porque se ela fosse dessa geração agora eu teria que olhar todos os dias, não sei se ela poderia ter celular, mas a minha mais nova ela foi ter rede social com 17 anos ela não tinha nem what’s app por uma escolha dela, ela dizia que iria atrapalhar ela estudar, então demorou um pouco, mas a mochila olhar no guarda roupa no quarto, eu erguia o colchão eu erguia tudo, olhava até dentro de sapato, bem policial né, as duas foram criadas assim, mas a mais velha me dava o nó, então a mais nova dizia assim para mim mãe o que você não fez para Nath você fez para mim, mas é uma convenção que a gente tem Leila a gente precisa ensinar os filhos da gente isso né.” A conselheira Ana diz “com as crianças eu também fazia, eu falava assim hoje tem dia do blitz, eu vou fazer a blitz quero ver as mochilas, eu não toco quero olhar pra ver, abre que quero ver tudo que tem dentro para ver se está arrumadinho, até isso eu colocava, porque tinha uns que tinha fruta, e olha que era escola particular, dai aquela fruta toda amassada guardada de 2, 3 dias que esqueceu lá dentro ponta de lápis, a gente chamava atenção para não manchar os cadernos e tudo, também fazia a minha blitz enquanto professora, eu acho que professores podem fazer isso e não precisa nem tocar”. A presidente continua “é uma situação muito delicada porque a gente tem essa rede social,

tava conversando com meu esposo final de semana sobre os jogos, os meninos, as meninas também, mas esses jogos que envolvem situações de violência, ate comentei com ele se tivesse tido um menino eu não deixaria ter acesso porque agora com tudo que se levantou é um risco eles quererem testar alguma coisa que viram no jogo. Porque abriu a possibilidade, a gente vive um momento bastante tenso em relação à segurança, nos CMEIs porque a gente precisa ampliar porque como a Queila disse, o muro é baixo as pessoas tem acesso e a gente agora é um guarda, já éramos, mas agora ficamos mais ainda sempre de prontidão mas ainda assim é bem perigoso as crianças pequenas, mas ainda com os adolescentes ainda é muito pior. A Presidente Marilza agradece e encerra a reunião, reforçando que a próxima reunião será marcada para darem continuidade aos estudos que dará bastante trabalho. A conselheira Ana finaliza dizendo que ficará da melhor forma possível satisfazendo tanto o publico como o privado. Assim se encerra a reunião.

Eu, Valdinéia Santos de Lima, encerro essa ata que foi digitada por mim e será assinada pela Presidente da Câmara de Educação Infantil, Marilza Aparecida Pereira Teixeira e pelo Secretário da Câmara, Anderson Dias do Rosario.

Marilza Ap. P. Teixeira

